



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

EDUCAÇÃO PARA ROMPER A POBREZA INTERGERACIONAL: UM OLHAR SOBRE O CURTA-METRAGEM “VIDA MARIA” E A REALIDADE DA POBREZA BRASILEIRA

Nanna Krishina de Rodrigues Silva¹
Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues²

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender qual a importância de garantir que crianças e adolescentes tenham anos de escolaridade suficientes que os permitam se candidatar a cursar o ensino superior. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa teve abordagem qualitativa, exploratória, sendo o método a análise documental. Os resultados da pesquisa apontaram que é fundamental que o Estado dê acesso e permanência a crianças e adolescentes até que possam buscar a escolaridade do ensino superior em igualdade de condições.

Palavras-chave: pobreza. educação. ensino superior.

Abstract: This study aimed to understand the importance of ensuring that children and adolescents have sufficient years of schooling to enable them to apply for higher education. To reach this objective, the research had a qualitative, exploratory approach, the method being the documentary analysis. The results of the research pointed out that it is fundamental that the State provides access and permanence to children and adolescents until they can pursue higher education education on equal terms.

Keywords: poverty. education. higher education.

1. INTRODUÇÃO

— Maria José. Oh, Maria José, tu não tá me ouvindo chamar, não, Maria? Tu não sabe que aqui não é lugar pra tu ficar agora? Em vez de ficar perdendo tempo desenhando nome, vá lá pra fora arranjar o que fazer. Vá. Tem o pátio pra varrer, tem que levar água pro bicho. Vai, menina, vê se tu me ajuda, Maria José! (VIDA MARIA, 2007, p. 1).

Esse é o diálogo inicial do curta-metragem “Vida Maria”. Dirigido por Márcio Ramos e realizado pelo Governo do Estado do Ceará, esse filme recebeu diversos prêmios, principalmente por retratar de forma “humanizada” a reprodução intergeracional da pobreza. “Vida Maria” retrata a vida de várias Marias: Maria José, Maria de Lourdes, Maria Aparecida, Maria de Fátima, Maria das Dores, Maria da Conceição, Maria do Carmo. Marias da mesma

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Taubaté / Instituto Federal do Tocantins, E-mail: nannakrishina@gmail.com.

² Professor com formação outra áreas, Universidade de Taubaté, E-mail: nannakrishina@gmail.com.

família e marcadas pela ausência do acesso à educação e pelo cerceamento à liberdade de escolha. Essas Marias, apesar de serem personagens fictícias, representam vários brasileiros com nomes diferentes e, sobretudo, representam várias famílias que têm como característica a reprodução intergeracional da ausência da educação e da liberdade de escolha, que impactam a reprodução intergeracional da pobreza.

O objetivo deste trabalho é compreender qual a importância de garantir que crianças e adolescentes tenham anos de escolaridade suficientes que as permitam profissionalizar-se ao menos no nível médio. Em um cenário de retração de investimentos nas políticas garantidoras dos direitos sociais, com profundos impactos na política de Educação, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, na corrida presidencial de 2018, em que ele logrou êxito, ao ser entrevistado em 29/08/2018, disse que “[...] há uma certa tara por parte da garotada em ter um diploma. É importante? Sim. Eu fiz, como tenente do Exército, curso de máquina de lavar roupa e de geladeira, aqui em Madureira. Te garanto, Heraldo, se hoje em dia quiser viver disso, eu vou ganhar no mínimo uns 12 mil por mês”. (ESTADÃO CONTEÚDO, 2018, p. 1).

Na mesma linha do pensamento do presidente, o então ministro da Educação, Vêlez Rodríguez, afirmou em 28/01/2019 que “[...] as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica do país” (PASSARELLI, 2019, p. 1). Essas argumentações elucidam um novo momento da educação brasileira, em que imperam o retrocesso e o retorno ao exclusivismo da educação para pessoas cujas famílias pertencem às elites brasileiras.

Neste estudo, utilizou-se o curta-metragem “Vida Maria” como paralelo para pensarmos como se encaixará as “Marias” em um cenário de retrocesso na Política de Educação. Cientes de que o Brasil ainda não conseguiu garantir a educação para todos, questiona-se quem é a elite intelectual e quem a define, pois as Marias que não tiveram oportunidade de ir à escola primária, nem elas e nem a sua família, provavelmente não fazem parte dessa elite intelectual, ou seja, essa elite já está predeterminada, como aponta Bourdieu (1996), sendo definida pela herança familiar. São essas inquietações que movem este estudo no sentido de compreender por que é importante o ensino superior e por que, neste novo cenário político, atores se posicionam contrários de que classes pobres da população tenham acesso a ele.

2 O PODER DE DESENHAR O NOME PARA CONSTRUIR UM FUTURO SEM POBREZA

As Marias do curta-metragem representam muitos brasileiros, do Norte ao Sul do país, dos recôncavos aos grandes centros, que por falta de liberdade não tiveram a possibilidade de escolher quais as condições mais adequadas em que gostariam de viver suas vidas, ou seja, foram cerceados em seus direitos básicos, em seu acesso a instituições públicas de proteção social que garantissem as condições mínimas para concorrência justa em uma sociedade pseudomeritocrática.

A pobreza é cerceadora de direitos e liberdades, tem causas multifatoriais e razões históricas. Não há unicidade em termos conceituais quanto à medição e à definição de pobreza. Uma das formas de entender pobreza é medi-la por linhas de renda, como as adotadas pelo Governo Federal para acesso aos benefícios sociais. Outra forma de medir a pobreza é através de conceitos multifatoriais, que consideram a renda conjuntamente com outros fatores. Um dos maiores expoentes dessa vertente é o economista Amartya Sen. Para Silva *et al*, (2017, p. 222), “Sen (1993) explora uma linha particular do bem-estar, demonstrando suas vantagens para que os seres humanos alcancem valiosas ações ou realizem adequados estados de existência, sendo notória a preocupação dessa abordagem no combate à pobreza”.

Existem autores, como Araújo e Flores (2017), que apontam ser necessário ter o critério de insuficiência de renda para identificar a pobreza sem desconsiderar os fatores multidimensionais, podendo ser utilizado como parâmetro nas políticas públicas. Nessa perspectiva, compreende-se que a renda não pode ser analisada isoladamente, mas ela determina níveis de acesso aos bens de consumo e de subsistência que podem colocar as famílias em situação de vulnerabilidade. A vulnerabilidade “[...] é entendida como um processo dinâmico devido às desigualdades no acesso e distribuição dos recursos, causando a marginalização social em diferentes escalas” (COUTINHO *et al*, 2017, p. 816).

Cabe salientar que, para Toigo e Conterato (2017, p. 282), “estar exposto à vulnerabilidade não significa necessariamente estar propenso à pobreza. Mas, para a pessoa que já está imersa nela, a vulnerabilidade pode intensificá-la e gerar cada vez mais privações”. Assim, a vulnerabilidade é a falta de capacidade das famílias de responderem aos infortúnios decorrentes das expressões da questão social, que as colocam em risco social. Pereira (2009) exemplifica que as expressões da questão social podem ser identificadas como desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais e que a questão social é o embate político que surge da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção.

Amartya Sen considera que, com a expansão das capacidades individuais, as pessoas poderiam alcançar a vida que almejam. “Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo” (SEN, 2000, p. 32). Assim, as capacidades, para Sen (2000, p. 33) seriam “um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social”, ou seja, com capacidades desenvolvidas, as pessoas se tornariam agentes da sua própria história e poderiam cuidar de si mesmas e ter participação democrática influenciando a sociedade e a política. É importante mencionar que Sen (2000, p. 34) afirma que as privações podem ser derivadas das baixas rendas; e a baixa renda pode ser derivada das outras privações.

A análise de Amartya Sen joga luz nos sombrios dados meramente estatísticos como de Produto Interno Bruto – PIB, PIB *per capita*, renda e renda *per capita*, que escondem as nuances que ocorrem nos lares pobres brasileiros. Os índices, sem uma análise qualitativa de indicadores locais e regionais, camuflam a realidade de milhares de brasileiros, que mesmo com vínculo de trabalho não conseguem suprir as necessidades básicas da sobrevivência.

A complexidade das expressões da questão social, como a reforma agrária, urbanização desordenada, fragilidade dos vínculos de trabalho, aceitação da diversidade e superação do racismo, não podem ser considerada como problema individual, como apenas falta de capacidade do indivíduo de tensionar essas correlações de forças desiguais. É necessário compreender que essas situações, conforme já mencionado, são oriundas do modo de produção capitalista, que tem em sua essência a acumulação e concentração de capital. Assim, tendencialmente, aqueles que possuem maior capital econômico tendem a perpetuá-lo e aumentá-lo, enquanto outros são dilapidados e sofrem com escassez de renda e oportunidades oriundas, não de suas escolhas individuais, mas, como produto da dinâmica societária. Silva (et al, 2017, p. 222) considera que “a abordagem das capacitações não é outra senão aquela que diz respeito ao desenvolvimento, que transfere o foco de análise da acumulação de capital para a análise dos indivíduos e seu conjunto de capacitações”.

Ao analisarmos a situação das Marias, não podemos apenas olhar pelo viés econômico, mas sim pensar sobre os processos que ancoram o ciclo intergeracional da pobreza, ou seja, existem situações estruturais as quais as Marias isoladamente não conseguem romper, mesmo com muito esforço como se apregoa: a meritocracia. São necessárias políticas públicas que revertam esse processo de privações e pensem em um desenvolvimento regional sustentável que englobe todos os sujeitos de todas as classes.

Uma das políticas mais importantes nesse processo é a política de Educação, que veremos no próximo subtítulo.

As Marias do curta-metragem queriam desenhar o nome, mas sabemos que, para romper a pobreza, é necessário bem mais que isso; é necessário acesso aos bens e riquezas socialmente produzidos. E, portanto, uma das formas de se apropriar dos conhecimentos produzidos e criar possibilidades de transformação da realidade social é através da educação e da escolaridade. “A escolaridade média é um indicador importante do desenvolvimento social e econômico de um país” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017, p. 76).

É importante compreender a educação conforme a afirmativa do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, “mas pensar a educação como dimensão da vida social significa compreendê-la em sua relação com o trabalho, seguindo uma tradição de análise inaugurada por Marx, que toma o trabalho como fundamento ontológico do ser social” (CFESS, 2013, p. 16). Assim, ao centralizar a Educação como articuladora da vida social e do mundo do trabalho, denota a importância de se garantir que a escola, *locus* da educação formal que gera escolaridade, transferência de saberes socialmente construídos e propulsores de desenvolvimento, possa abranger a todos os cidadãos.

Cabe salientar que a Educação abre possibilidades de mudanças do *status quo* (CFESS, 2013). Para Bourdieu (1996, p. 32), “[...] não há dúvida de que, como já sugeri, os detentores do capital escolar são, é certo, os mais inclinados à impaciência e à revolta contra os privilégios dos detentores do capital político”. Diante do exposto, a educação está colocada no centro do debate no novo governo federal, debate este que perpassa a questão de quem tem direito ao acesso e permanência nas escolas e sobretudo no ensino superior. Ou seja, quem tem direito de compor a “elite intelectual”, a qual o ministro Vélez Rodríguez (PASSARELLI, 2019, p.1) mencionou em sua declaração, e quem poderá projetar a máquina de lavar roupa ou quem irá consertá-la, conforme a fala do presidente Jair Bolsonaro (ESTADÃO CONTEÚDO, 2018, p.1). Assim:

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. (CFESS, 2013, p. 18).

Ratifica-se que esse processo exige a atitude individual, mas, sobretudo, é coletivo como projeto societário inserido na dinâmica das relações sociais que se originam do modo de produção, e a alteração dessas dinâmicas só é possível mediante a educação. Nesse sentido, Bourdieu corrobora essa discussão ao mencionar que “dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito dão no vazio social” (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Para Bourdieu (1996), as pessoas são dotadas de capitais, como os capitais econômico, cultural e político, que se inter-relacionam, sendo em certas circunstâncias um mais importante que o outro. Para ele, as escolas contribuem na distribuição do capital cultural que configura a estrutura da sociedade que tende a se perpetuar. Assim, “a reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar” (BOURDIEU, 1996, p. 35), pois as famílias detentoras de patrimônio cultural tendem a investir em educação como estratégia de reprodução de capitais (BOURDIEU, 1996).

Percebe-se que, se a família não teve acesso à educação, é pouco provável que investirá e valorizará a educação de seus filhos, perpetuando essa situação, como o curta-metragem em observação nos aponta. As famílias das Marias não tiveram acesso à educação e portanto reproduzem essa situação nas próximas gerações, é nisso que consiste a reprodução intergeracional da pobreza. Se acreditamos que uma das estratégias de romper com a pobreza é por meio da educação, sem ela, as famílias perpetuarão suas situações de privação.

A herança familiar de capital cultural define a elite intelectual do país. É mister lembrar que até duas décadas a educação superior no país estava hegemonicamente ocupada pelas classes econômicas robustas. Bourdieu ainda considera que a escola faz a “[...] separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem” (BOURDIEU, 1996, p. 37). Daí denota-se que a elite intelectual do país tem profundo embricamento com a elite econômica. Esta situação foi tensionada com as Políticas de Expansão do Ensino Superior e as Políticas de Acesso e Permanência, principalmente nas Instituições Federais de Ensino, onde minorias antes excluídas dos bancos universitários puderam vislumbrar o acesso ao diploma universitário, melhores condições de vida e participação na intelectualidade do país.

A expansão da Rede Federal, através dos Institutos Federais, também contribuiu com esse cenário mais acessível às minorias. Ofertando ensino técnico, tecnológico,

superior e pós-graduação, em Instituições Federais de Ensino com missão de desenvolver tecnologia aliada com o desenvolvimento humano, eles romperam com o ensino meramente tecnicista. Bourdieu (1996, p. 47) considera que os “defensores da revalorização de um ensino técnico reduzido ao estado de refugio ou de lixeira [...] considerariam uma catástrofe a relegação de seus filhos ao ensino técnico”.

Assim, a dinâmica que não concede condições de que crianças e adolescentes cheguem aos anos de escolaridade necessários para cursar o ensino superior com qualidade exemplifica uma das estratégias de manutenção dos privilégios das elites, sejam elas intelectuais, sejam elas econômicas. Separar essas elites é uma tarefa árdua, visto que seus capitais têm mecanismos subjetivos de reprodução. E dada essa situação, fecham-se a novos atores, pois teriam que dividir as benesses dos capitais, o que contraria a lógica do atual sistema de produção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder ao objetivo deste trabalho, desenvolveu-se um caminho metodológico de abordagem qualitativa, exploratório quanto aos seus objetivos. Foi realizada a análise documental nos documentos: Relatório do 4º trimestre de 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – PnadC/T, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018, com dados atualizados com a PnadC/T 4º trimestre de 2018. Esses dois documentos são de suma relevância, pois denotam o panorama da educação brasileira. A análise dos dados foi de tipo categorial e temático (RICHARDSON, 2012), sendo levantados os possíveis impactos da garantia do ensino superior na vida do sujeito.

Cabe elucidar que a Pnad Contínua tem como objetivo “produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, em médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do país” (IBGE, 2018, p.1). Complementarmente, elucidamos que o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018 tem três objetivos: ser um observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, fomentar o debate sobre Educação e ser uma base de pesquisa sobre a Educação brasileira (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

A partir da análise desses dois documentos, apontamos dois impactos de suma importância da diplomação no ensino superior: o impacto na renda familiar do sujeito e o impacto na redução das desigualdades sociais. Esses dois impactos são profundamente imbricados e não podem ser abordados separadamente.

O primeiro ponto que queremos destacar refere-se ao aumento da renda. Percebe-se que as pessoas com ensino superior completo ou equivalente possuem rendimentos em média seis vezes maior que do que os que não possuem instrução ou têm menos de um ano de estudo e três vezes mais do que os que têm apenas o ensino fundamental completo ou equivalente. O rendimento médio real, habitualmente recebido por mês por nível de instrução, segundo o IBGE (2018), é de R\$ 832,00 para os que não tem instrução e possuem menos de um ano de estudo. Para os que têm ensino fundamental incompleto ou equivalente, o valor chega a R\$ 1.208,00. Já o grupo que tem ensino fundamental completo ou equivalente, a cifra do rendimento médio é de R\$ 1.471,00. Para o ensino médio incompleto ou equivalente, está em R\$ 1.318,00; para o ensino médio completo ou equivalente, em R\$ 1.819,00; para o ensino superior completo ou equivalente, em R\$ 2.263,00; e para o ensino superior completo ou equivalente, em R\$ 5.272,00.

Destacamos que, conforme o referencial teórico deste estudo, o aumento da renda não significa o rompimento da pobreza, mas permite que as famílias tenham determinados acessos aos bens de consumo. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) define duração de nove anos para o ensino fundamental e de no mínimo três anos para o ensino médio, ou seja, o ensino básico no Brasil tem duração mínima de 12 anos. Assim, para que os sujeitos possam vislumbrar o ensino superior, eles precisam ter escolarização de no mínimo 12 anos, porém a média brasileira em 2015 é abaixo da ideal. Segundo o Anuário da Educação de 2018, a escolaridade média em 2015 da população de 18 a 29 anos (em anos de estudo) da população era de 10,1; da população urbana, de 10,3; e da população rural, de 8,3.

Em 2018 (IBGE, 2018, p. 1), 29,4% das pessoas com 14 anos ou mais tinham apenas o ensino fundamental incompleto, seguidas daquelas que tinham ensino médio completo ou equivalente (27,5%) e das que tinham o ensino superior completo ou equivalente (14,2%). Assim, a elevação da escolaridade se tornou a meta 8 do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014, p.1). A desigualdade de nível de instrução também é notada entre os estados. As regiões Norte e Nordeste têm os maiores percentuais de pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo e as menores taxas de pessoas com ensino superior completo ou equivalente (IBGE, 2018, p.1).

Todos os dados apontados até aqui elucidam que pessoas que diplomaram no ensino superior auferiram melhores condições de renda e conseqüentemente melhor acesso a bens de consumo. Elucidam também que a diplomação no ensino superior no Brasil ainda é para poucos e que muitos brasileiros não atingiram nove anos de escolaridade. Destaca-se que “a escolaridade média da população é um dos principais indicadores a serem

observados quando se busca avaliar o desenvolvimento social e econômico de um país. Há uma correlação positiva entre anos de escolaridade e renda” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 78).

Assim, entende-se que investir em educação, dando condições de acesso, permanência e diplomação às pessoas no ensino básico e superior, podem tensionar essa correlação de forças, que tende a manter o *status quo*. Para além disso, “um sistema educacional frágil também limita a produção de mais cientistas, inovações, patentes e desenvolvimento científico-tecnológico. Essa verdade, que soa uma tautologia, ainda não foi compreendida pelos governos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 12).

Um gargalo a ser enfrentado é a desigualdade socioeconômica, que tem rebatimentos na desigualdade educacional. Segundo o Anuário da Educação de 2018 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018), existe uma forte correlação entre os alunos que foram classificados com nível socioeconômico muito baixo com aprendizagem inadequada para sua série em contraposição aos que foram classificados com “muito alto” no nível socioeconômico com a aprendizagem adequada. “Há uma relação direta entre o nível socioeconômico das escolas e o percentual de estudantes com nível de proficiência esperado, comprovando o peso decisivo das desigualdades no aprendizado das crianças e dos jovens” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 73). Essa classificação é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep através de formulário socioeconômico preenchido nas provas avaliativas do ensino básico realizadas pelo Governo Federal. Cabe destacar que, “assim como outros indicadores educacionais, o Ideb mantém uma correlação direta com o Nível Socioeconômico (NSE): quanto maior o NSE, maior o Ideb” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 71).

Nesse contexto, percebe-se que apenas inserir os alunos com baixa renda nas escolas, com o objetivo de mantê-los tempos suficientes para terem anos de escolaridade satisfatórios, não garante a qualidade da educação e mudança na perspectiva de melhora de vida. Nesse sentido, inserir as Marias nas escolas é de suma importância para elas, para sua família e para o governo, porém, somente a inserção não garante a educação, sendo necessários programas e projetos adicionais que possam suprir os déficits anteriores à escolarização pretendida, podendo ser programas ou projetos de estímulos motores, de nivelamento de conhecimentos prévios, de habilidades sociais e ainda de valorização dos saberes anteriores adquiridos por meio da educação informal.

Quanto à economia, mencionada na fala do presidente da República, a ausência de investimento em educação tem rebatimentos em todas as áreas da economia, visto que a ausência da educação impacta a geração de pobreza e sua reprodução, bem como “as

mazelas sociais estendem-se para todos os campos e desembocam em uma economia que não consegue galgar novas posições na corrida por patamares mais altos de participação nas cadeias globais de valor” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 12). Para além disso, “[...] não priorizar a Educação desencadeia um conjunto de consequências que afetam toda a vida social. A corrupção, a doença, o desemprego e a violência podem ser interpretados também como efeitos de uma sociedade incapaz de garantir às suas novas gerações uma Educação de efetiva qualidade”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 12).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é constituída da sociedade que a envolve e ao mesmo tempo constituidora da sociedade, ou seja, ela tem dentro de seus muros a síntese do que acontece ao entorno e ela pode corroborar ou tensionar mudanças societárias. Por isso a educação, como política pública, é tão importante em uma democracia e só através dela se formam cidadãos com capacidades de participação efetiva. Diante do exposto neste estudo, compreende-se que famílias que não tiveram acesso à escolarização tendem a não valorizar a escolarização de suas futuras gerações, o que ocasiona a repetição de histórias e privações, ou seja, a reprodução intergeracional da pobreza. Entende-se que, para romper com a pobreza, é necessária a educação e a escolaridade, além de outros determinantes que não estão no escopo deste trabalho.

O curta-metragem “Vida Maria” é um exemplo fictício da realidade de diversas famílias que, diante da falta de liberdade de escolhas ou da falta de perspectivas de possibilidades, mantêm suas vidas de privações por gerações. O contexto rural retratado no curta-metragem não é o definidor de pobreza, mas a falta de escolarização e de saber desenhar o nome, ou seja, a ausência de uma Política de Educação efetiva que amplie os horizontes e dê às Marias escolhas possíveis de vida, define a pobreza e a vulnerabilidade.

Cientes de que, em um modo de produção que privilegia a concentração e acumulação de capitais, sejam eles financeiros, sejam eles retratados em Bourdieu, falar de acesso e permanência na Política de Educação, que pode ser redistributiva de capitais, é um tensionamento na correlação de forças sociais. A função que a educação exerce sobre a sociedade, de criar consensos ou críticas, coloca-a em evidência em governos que querem restringir a redistribuição de capitais. O cenário educacional apontado pelo novo governo federal requer análises aprofundadas de qual será o espaço que as Marias e suas famílias terão na educação brasileira e sobretudo na sociedade de classes, profundamente

demarcada pelo capital cultural, com rebatimentos no acesso aos bens de consumo, renda, desigualdade social e desigualdade regional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Victor; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 159-182, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n63/0104-4478-rsocp-25-63-0159.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. Bolsonaro diz que jovem brasileiro tem “tara” por formação superior. **Exame**, 2018. Estadão Conteúdo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao-superior>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. 1. ed. Brasília, 2013. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

COUTINHO, Eliane de Castro; *et al.* Riscos socioeconômicos e ambientais em municípios banhados pelos afluentes do Rio Amazonas. **Revista Ambiente & Água**. Taubaté, v. 12, n. 5, p. 814-828, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ambiagua/v12n5/1980-993X-ambiagua-12-05-00814.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FREITAS, Maraiza Alves; *et al.* Quem são, o que falam e quem escuta os pobres?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3859-3882, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n12/1413-8123-csc-22-12-3859.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - Pnad Contínua. IBGE: 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 fev. 2019.

PASSARELLI, Hugo. "Ideia de universidade para todos não existe", diz ministro da Educação. **Valor**, 2019. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/6088217/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao>. Acesso em: 7 mar. 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: Temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHMIDT, Kelen H. *et al.* Foco e cobertura do Programa Bolsa Família na coorte de nascimentos de Pelotas, 2004. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 51, n. 22, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872016050006792.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica: Rivardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Andréa Ferreira da; SOUSA, Janaildo Soares de; ARAUJO, Jair Andrade. Evidências sobre a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 219-239, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00219.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017**. Editora Moderna: 2017. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A825C384C18015C3B891F412846>. Acesso em: 25 fev. 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018**. Editora Moderna: 2018. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite. Acesso em: 25 fev. 2019.

TOIGO, Camila Horst; CONTERATO, Marcelo Antonio. Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 55, n. 2, p. 267-284, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v55n2/1806-9479-resr-55-02-00267.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VIDA MARIA. Produção de Márcio Ramos. Curta-metragem. Ceará: 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4. Acesso em: 25 fev. 2019.